

DA REVISÃO DA ESCRITA PELO PRÓPRIO AUTOR À REVISÃO PROFISSIONAL: A (DIS)SEMELHANÇA ENTRE ATUAR SOBRE UM TEXTO EM CURSO OU SOBRE A SUA VERSÃO FINAL

Maria da Graça Lisboa Castro Pinto

UP, Faculdade de Letras, Departamento de Estudos Portugueses e de Estudos
Românicos. mgraca@letras.up.pt. Porto, Portugal

Resumo:

A escrita como processo verbal não pode viver alheada da leitura. Assenta na leitura e até na releitura a incontornável revisão como subprocesso da escrita como processo. Contribui sobretudo a revisão, no conjunto de subprocessos da escrita (planificação, tradução, revisão) (Fower & Hayes, 1981), para que se veja que as etapas desse processo não seguem cegamente a ordem enunciada. A escrita é, antes, um processo verbal em que coexistem os movimentos linear e recursivo das aduzidas etapas (Sommers, 1978). Além disso, a redação/composição/tradução das ideias também não constitui um ato automático. Uma abordagem psicolinguística explicará melhor a complexidade inerente à conversão do que se quer dizer no como e quando dizer. Objetiva-se neste texto, privilegiando o leitor, averiguar o que distingue (ou não) o exercício da revisão de um texto pelo seu autor do de um texto alheio efetuado por um revisor profissional, sob mandato do autor/cliente. Neste enquadramento, justifica-se, quando estão em causa, por um lado, um trabalho académico e, por outro lado, uma notícia de jornal, encontrar respostas para as seguintes questões: A estrutura que estes “géneros textuais” apresentam coincidirá com o modo que mais se ajusta ao percurso que o(s) leitor(es) segue(m) aquando da sua leitura? Que se espera, então, da revisão na escrita nas duas situações para que a sua finalidade seja atingida? São ainda partilhadas algumas descrições de alunos do 4.º e 11.º anos de escolaridade e de estudantes universitários sobre o que entendem por revisão da escrita para delas se extraírem possíveis ensinamentos.

Palavras-chave:

escrita; revisão pelo autor; revisão profissional; trabalho académico; notícia de jornal.

Nota Introdutória

Muito se tem redigido sobre a revisão da escrita como disso constitui prova o que pode ser lido nos vários trabalhos assinados pela signatária deste texto (Pinto, 2014, 2016, 2017); no entanto, a seu ver, nunca se esgotará o que pode ser referido acerca do que essa tão relevante faceta da escrita-composição representa como matéria de estudo. De facto, quem escreve, independentemente de ser ou não um reconhecido profissional da escrita, deve saber que o resultado a que possa chegar se deve a um trabalho continuado de ligações entre a reescrita e a pré-escrita durante a concretização da escrita, fazendo lembrar, como afirma Murray (2013, p. 13), a arte do tecelão que vai montando as suas peças à medida que entrelaça a matéria prima de que se serve.

A associação da escrita a incessantes conexões advenientes de informações recolhidas, de observações percecionadas, de ideias concebidas ou em formação, de memórias armazenadas, de receios existentes e de esperanças alimentadas (ver Murray, 2013) pode também fazer com que o autor, em dados momentos, se deixe conduzir e sinta que os seus objetivos não resistiram ao que o ato de escrita-composição também pode impor. Nessa ocasião, a revisão talvez sirva para controlar todas estas entradas e para ajudar a decidir que rumo dar às primeiras intenções do autor redireccionando a escrita da melhor maneira.

Quer isto dizer que o produto escrito não obedece obrigatoriamente e sempre ao que o seu autor gizou à partida. Poderia acrescentar-se que a escrita é portadora de um certo animismo. Ela também reivindica. Ela também tem comportamentos. Agualusa traduz de modo seminal esta energia anímica da escrita na seguinte passagem: “Os livros são entidades complexas. Nunca sabemos como vai ser o seu comportamento”.¹¹⁹

Porquanto, nas circunstâncias, se admite que a escrita vive acompanhada de revisão/reescrita, mesmo que consubstanciada unicamente na pré-escrita, o seu resultado final só pode mesmo ter origem num trabalho firmado na revisão, no intento de outorgar aos destinatários a clareza que o autor anseia que ressalte do que redigiu. Qualquer prática de escrita comporta, portanto, um trabalho indispensável de revisão a fim de alcançar a qualidade e os fins esperados (Murray,

¹¹⁹ Jornal “Público”, quinta-feira, 22 de junho de 2017, p. 29.

2013, p. 25). Revela-se, conseqüentemente, difícil não manifestar plena concordância com Murray (2013) quando oferece ao leitor, recorrendo à primeira pessoa, um entendimento muito pessoal do que é a revisão: “Over and over, reading, adjusting, reading, adjusting. This is the only revision I know” (p. 21).

Ler e ajustar como atividades associadas à revisão

Na passagem citada, dominam duas atividades associadas à revisão da escrita: ler e ajustar. Relativamente à primeira atividade, uma pergunta passível de ser colocada de imediato remete para quem poderá assumir esse ato de ler, ou seja, quem se espera que seja o leitor. No atinente à segunda atividade, também pode questionar-se com que objetivo se processam os necessários ajustamentos. Uma vez posta a tônica nos ajustamentos, que acabam por acompanhar o processo em causa – o da composição escrita –, que raramente existe sem eles, porque a verdadeira escrita vive da revisão/reescrita, não haverá como fugir a fazer coincidir, nas situações mais correntes, o primeiro leitor com o autor do texto. Deste se espera uma atitude descomprometida e estratégica de modo a que forneça, através de uma leitura crítica conducente a momentos de revisão/reescrita, um texto devidamente elaborado que consiga responder tanto aos desígnios do emissor como às expectativas do público-alvo. A configuração gráfica (revisão/reescrita) por que se optou para convocar a revisão ao lado da reescrita serve para se ver nela uma operação coordenativa disjuntiva, quer exclusiva, quer inclusiva, já que ao longo de um texto ambas as formas de revisão podem ocorrer em função do que este requeira.

A abrangência do termo “revisão”

Justifica-se, nesta ocasião, dedicar um momento ao que se pode compreender por revisão quando este termo é aplicado ao labor de quem revê o texto para o melhorar (Hayes, Flower, Schriver, Stratman, & Carey, 1987). Conforme advertem estes autores, quando está em causa o diagnóstico dos problemas encontrados no texto para a sua solução, existem duas possibilidades: a revisão e a reescrita. Recorre-se à revisão para corrigir o que foi detetado sem afetar o texto original e à reescrita quando se torna mais difícil manter o texto original em virtude de este apresentar muitos problemas (Hayes et al, 1987). Ressalta do exposto que a revisão requer um diagnóstico mais aprofundado do problema a resolver e visa manter o texto o mais

próximo do original (Hayes & Flower, 1986). No caso da reescrita, a essência do texto é mantida, mas o resultado retrata a reformulação operada nos vários níveis do texto pelo revisor/editor, que usa palavras suas, respeitando, todavia, as ideias do autor (Bisaillon, 2007a).

O autor como primeiro leitor/revisor/destinatário

Não se pense, porém, que tanto a revisão como a reescrita não impõem exigências de diferentes ordens em razão de quem é chamado a executá-las. Se é o autor que realiza a revisão, na sua aceção mais ampla, ou seja, abarcando a revisão e a reescrita (Hayes et al. 1987), importa ver nele um agente com várias funções. E, desde logo, emerge o seu papel como leitor, porque, subscrevendo a opinião de Murray (2013), o autor é sempre o primeiro leitor, dado que antes de tudo “[w]riting is a reading act” (Murray, 2013, p. 43). Desse primeiro leitor, augura-se mesmo que leia o seu texto preferencialmente em voz alta (Lanham, 2006), uma modalidade de leitura que denuncia de imediato o que possa não fazer sentido ou o que, do ponto de vista rítmico ou de outro cariz, possa ser melhorado. Aliás, é essa uma das oito regras do método paramédico proposto por Lanham (2006, x), um procedimento de revisão que, embora já contribua e muito para repensar o que se está a rever, não é mais do que um pequeno guia para diagnosticar e melhorar problemas de escrita que não demandem um compêndio completo de normas e prescrições para a sua solução. Por certo, para que do seu método não se espere o que ele não oferece, alerta Lanham (2006, vii) que “it provides emergency therapy, a first-aid kit, a quick, self-teaching method of revision for people who want to translate [...] their own or someone else’s [style] [...] into plain English.”

A essa função de leitor, como se depreende da posição de Lanham, agrega-se a de avaliador do que escreveu, isto é, de revisor, porque dele também se espera que melhore o mais que puder a sua produção escrita para que a intenção que serviu de ponto de partida ao seu texto se encontre expressa sem dissonâncias, a fim de que a mensagem chegue com o menor número de equívocos ao público leitor. Ao ter presente o que dele aguarda o público, terá de se ver nessa atitude do autor um certo respeito pelo destinatário do texto colocando-se no seu lugar. Na verdade, na esteira do que advertem Hayes e Flower (1986) a respeito da revisão, esta pode ter na sua origem uma avaliação menos positiva do plano que esteve na base da redação, a

presença de qualquer incongruência entre a intenção e o texto, a descoberta de que subsiste algo mais a acrescentar ao que foi escrito e a existência de alguma falha em matéria de compreensão. Todas as funções atribuídas acima ao autor, visto como leitor, revisor e destinatário, estão, de uma ou de outra maneira, presentes na aceção de revisão perfilhada por Hayes e Flower. Ao aludirem à compreensão, os autores espelham que têm presente o destinatário, fazendo prevalecer nessa aceção de revisão uma vertente sociocognitiva, nem sempre associada desde o início à revisão quando tida como parte integrante da escrita enquanto processo cognitivo (McCutchen, 2008).

Ler como o leitor: o papel da descentração cognitiva

Todas as alterações que resultem da revisão feita pelo próprio autor demandam, contudo, que, quando este relê/revê/reescreve as suas produções escritas, delas se distancie e as observe como se fosse um estranho (Murray, 2013). A fim de que o autor assuma essa distância, é necessário que leia “como o leitor” (“reading as the reader”), citando Holliway e McCutchen (2004, p. 91). Significa isto que tem de saber criar um distanciamento em relação à sua produção, por meio da descentração cognitiva necessária a uma tomada de posição que não coincida com a própria (ver Piaget, 1979), compaginável com um alinhamento que contempla uma vertente sociocognitiva (Holliway & McCutchen, 2004; Nishino & Atkinson, 2015). Ultrapassa-se, assim, a faceta meramente cognitiva do trabalho que acompanha a composição para se ter também em mira o destinatário, dada o enfoque na compreensão, ou seja, no que se poderia designar a perspetiva comunicacional da tarefa da revisão (Bisaillon, 2007a).

Em conformidade com o que Holliway e McCutchen (2004) retomam de Olson, o autor porá então à prova a sua capacidade de criar uma distância entre o que escreveu e o que tinha em pensamento transmitir com a pretensão de verificar se atingiu os objetivos. Sobressai, de novo, do aduzido a posição multifacetada que o autor/leitor poderá encarnar, ao assumir concomitantemente o papel de revisor da sua própria produção escrita e de primeiro destinatário da mesma. Projeta-se assim no autor, que é também um sistemático revisor/reescritor da sua composição escrita, uma multiplicidade de funções que evidenciam o potencial da sua atuação.

Convém lembrar que o autor nem sempre demonstra essa capacidade de se colocar nos diferentes papéis listados, manifestando nomeadamente dificuldade em arrogar-se o estatuto de destinatário. Será por isso que Olson (1994, p. 135) não se coíbe de lembrar que “Readers frequently fail to consider how texts could be understood or misunderstood by readers other than themselves”. Desde os seus bancos da escola, o autor de um texto deve, por consequência, ser tanto conscientizado para a possível existência de um público leitor, como incentivado para a realização de uma leitura distanciada e crítica da sua escrita. Recomenda-se para o efeito, com a finalidade de impulsionar a descentração, a prática regular da leitura em voz alta do que se escreve, de preferência algum tempo após a sua concretização, no intuito de, graças ao intervalo temporal criado, a distância entre autor e leitor se tornar mais acentuada.

Os leitores/destinatários das produções escritas

Até ao momento foi feita alusão ao autor como primeiro leitor, atendendo a que “[w]e read what we write as we write it” ou ainda, conforme já transcrito, “[w]riting is a reading act” (Murray, 2013, p. 43). Acompanhando ainda o pensamento do autor citado, mal se tenha uma versão passível de ser lida por terceiros, é recomendável encontrar um leitor em quem se confie para que forneça comentários importantes sobre o que foi redigido. Murray (2013) não se priva, porém, de afirmar que não é difícil conseguir leitores. É, sim, difícil encontrar bons leitores, na medida em que os bons leitores são os que ajudam a que a escrita melhore. Conquanto os leitores que Murray acha bons leitores possam não ser meigos nas suas apreciações, têm a vantagem de abrir perspetivas e de lançar reptos. Ora é exatamente disso que necessita um autor que procura um leitor no intento de encontrar ajuda para melhorar o seu texto. Não sem uma nota própria de quem fez da escrita uma arte, Murray (2013) escreve mesmo a respeito dos leitores: “Those who are not of great help respond in terms of the book they want to write or the book they imagine I should write, not the book I am writing or can write.” (p. 35).

O testemunho de Murray é revelador de como quem escreve não deve fugir aos comentários que lhe possam ser feitos desde que sejam em prol de uma melhor escrita. O mesmo é dizer que não se pense que a primeira versão de um texto é a definitiva. Na opinião do académico mencionado, “[f]ailure is essential to effective

writing” (Murray, 2013, p. 51), motivo pelo qual acrescenta em dado momento que “[w]riting is rewriting” (p. 2).

A referência feita à importância de se procurarem os leitores mais ajustados para as revisões das primeiras versões dos textos que se escrevem remete, novamente, para a figura do destinatário dos trabalhos escritos e igualmente para a de revisor.

Leclerc (2006), com base nas fontes exploradas, aponta quatro tipos de destinatários: o destinatário que coincide com o autor, ou seja, o autor-leitor que opera revisões no seu próprio texto; o destinatário-alvo, que corresponde ao público que o autor teve em mente quando escreveu; o destinatário contemporâneo, que engloba as pessoas que, não fazendo parte do público-alvo, podem vir a ler o texto e, finalmente, o destinatário intermédio, isto é, o que poderá vir a ler no futuro (ver Leclerc, 2006, p. 7).

As concepções da revisão e a sua definição operacional

Independentemente de quem opera a revisão ser ou não profissional ou ser ou não o próprio autor do texto, a revisão destaca-se como uma atividade que tende a conferir ao texto original, recorrendo às suas concepções normativa e/ou comunicacional (Bisaillon, 2007a), o grau de compreensão desejado junto dos seus futuros leitores (ver Leclerc, 2006, p. 13) por meio de todos os tipos de ajustamentos que possam vir a ser operados.

Posto que foram mencionados ajustamentos, não deixa de se revestir de alguma oportunidade partir para uma definição operacional de revisão que, no quadro do processo de composição, se funda no conhecido modelo de Bereiter e Scardamalia que assenta em comparar, diagnosticar e operar (Fitzgerald, 1987, p. 484). Essa definição proposta por Fitzgerald (1987) é a seguinte:

Revision means making any changes at any point in the writing process. It involves identifying discrepancies between intended and instantiated text, deciding what could or should be changed in the text and how to make desired changes, and operating, that is, making the desired changes. Changes may or may not affect meaning of the text, and they may be major or minor. (p. 484)

Verifica-se na definição transcrita a ocorrência frequente da alusão a mudanças, modificações. Sobretudo interessada na revisão profissional e não tanto na que é realizada pelo próprio autor à medida que escreve, Bisaillon (2007a) não concorda inteiramente com esta aceção de revisão de Fitzgerald porque acredita que a revisão

não implica sempre uma modificação do texto. Não surpreende esta posição de Bisailon, visto que um revisor profissional atua, por princípio, depois da fase de escrita de um autor. O texto não lhe pertence. Ele só trabalha o texto de um autor seguindo o mandato que lhe foi passado, tendo também a não modificação, a par da revisão e da reescrita, como uma das possibilidades de atuação no exercício da sua atividade de revisor profissional (Bisailon, 2007a).

Os ajustamentos da revisão em função dos destinatários

Confrontando a definição de revisão operacional de Fitzgerald com a relação de destinatários apresentada por Leclerc (2006), pode avançar-se que a menção tão frequente a ajustamentos na definição de Fitzgerald se encontrará ao serviço de uma leitura dessa atividade da composição escrita que, qualquer que seja o público leitor visado, traduz um tratamento do texto original, próprio ou alheio, com vista a que este venha a atingir o grau de compreensão almejado através das manipulações operadas. O conhecimento do destinatário é deveras importante porque permite que quem está a fazer a revisão saiba como proceder do modo mais adequado. Comenta Leclerc que se revela uma necessidade que o redator-revisor conheça o destinatário de modo mais ou menos rigoroso quando se almeja que o texto vá o mais possível ao seu encontro (ver Leclerc, 2006, pp. 8-13). Uma leitura que objetive avaliar – a exigida pela revisão –, diferente da mera leitura-compreensão, que requer menos custos em matéria de esforço cognitivo por não obrigar a detetar e a diagnosticar os problemas do texto com a intenção de os solucionar (ver Hayes et al., 1987), em consonância com Cloutier (2001), demanda de quem a pratique que não restrinja a avaliação unicamente às características linguísticas do texto. Dele se espera, como prossegue a autora, que tenha em atenção os perfis dos destinatários e que faça a revisão do texto a partir do que conhece do “ambiente cognitivo” destes (Cloutier, 2001, p. 1).

A revisão apoiada no conhecimento do destinatário

A maior ou menor familiaridade que o redator mantém com o destinatário e o que concomitantemente dele conhece em matéria de competência leitora, pode justificar o grau de complexidade das frases usadas, como nota Leclerc (2006) apoiada na literatura compulsada. É bem provável que tenham sido essas duas variáveis, grau

de familiaridade com o destinatário e grau de conhecimento da competência leitora deste, que tenham motivado nos respectivos redatores/revisores a opção por frases mais e menos curtas nas duas versões abaixo transcritas de uma das cartas de São Paulo aos Romanos (16, versículos 25 a 27):

Primeira versão:

Glória a Deus! - ²⁵Aquele que tem o poder para vos tornar firmes, de acordo com o Evangelho que anuncio pregando Jesus Cristo, segundo a revelação de um mistério que foi mantido em silêncio por tempos eternos, ²⁶mas agora foi manifestado e, por meio dos escritos proféticos, de acordo com a determinação do Deus eterno, levado ao conhecimento de todos os gentios, para os levar à obediência da fé, ²⁷ao único Deus sábio, por Jesus Cristo, a Ele a glória pelos séculos! Ámen.¹²⁰

Segunda versão:

25 Seja dada glória a Deus, que tem o poder de conservar firmes, de acordo com o meu Evangelho e a mensagem de Jesus Cristo. Essa é a revelação de um mistério que estava envolvido no silêncio desde os tempos eternos. 26 Agora, esse mistério foi manifestado pelos escritos proféticos e por disposição do Deus eterno, e foi enunciado a todos os pagãos, para conduzi-los à obediência da fé. 27 A Deus, o único sábio, por meio de Jesus Cristo, seja dada a glória para sempre. Amém!¹²¹

Estas duas versões da mesma carta de São Paulo só poderão (ou não) ter sido pensadas para ter como destinatários pessoas mais ou menos habituadas a reter e a organizar o material verbal, ou seja, a usar a memória operatória.

Poderá mesmo perguntar-se se a segunda versão não representa uma revisão da primeira a fim de poder atingir, usando a tipologia de Leclerc (2006), um destinatário que não seja nem o autor, nem o “destinataire visé” (Leclerc. 2006, p. 7) – as pessoas para quem o autor escreve usualmente –, mas sim o “destinataire contemporain” ou o “destinataire intermédiaire” (Leclerc, 2006, p. 7). Os dois últimos destinatários configuram um público que pode ou poderá eventualmente vir a entrar em contacto com o texto, podendo não corresponder, todavia, ao que o autor teve em vista quando iniciou a sua escrita. A segunda versão evidencia já, de resto,

¹²⁰ Disponível em http://www.capuchinhos.org/biblia/index.php?title=Rm_16, acessado em 23 de dezembro de 2011, Cartas de São Paulo. Cartas aos Romanos, Capítulo Rm 16, versículos 25 a 27.

¹²¹ Bíblia Sagrada - Edição Pastoral <http://www.paulus.com.br/BP/INDEX.HTM>, <http://www.paulus.com.br/BP/PZ1.HTM> acessado em 23 de dezembro de 2011. Cartas de São Paulo, Carta aos Romanos 16, versículos 25 a 27

por parte do possível revisor um conhecimento mais profundo do que se exige do ato de ler e uma preocupação evidente com a compreensão da mensagem pelo destinatário.

O autor-revisor e o revisor profissional de um artigo científico e de uma peça noticiosa

O interesse em distinguir o papel do revisor profissional relativamente ao do autor que revê o seu próprio texto é tão evidente como é incontestável dar nota do que é esperado de ambos para que o produto final obtenha a melhor aceitação junto quer de uma comunidade científica, no caso dos trabalhos académicos, quer do público de uma certa peça noticiosa, se está em causa a imprensa escrita.

Rever é indubitavelmente sempre rever. Acontece que executar uma revisão num texto de que se é autor não é a mesma coisa do que fazer uma revisão num texto de outrem quando se é um revisor profissional. Por outros termos, se a revisão profissional é um processo que existe independente da escrita, a revisão praticada pelo próprio autor é um dos três subprocessos do processo de escrita, a par da planificação e da redação (Bisaillon, 2007a). Convém, no entanto, ter bem presente, na senda de Sommers (1978), que, em virtude de a escrita ser um processo e não um produto, terá sempre de se considerar uma coexistência recursiva e não linear nos subprocessos aludidos, o que faz com que a revisão não possa ser vista como o último estágio do processo da escrita (Sommers, 1978; Murray, 2013).

A principal diferença entre o revisor que coincide com o autor e o revisor profissional, seguindo Bisaillon (2007a), reside no facto de um revisor profissional estar a trabalhar sobre um texto que não foi criado por si, mas sim por um autor ou por um cliente. Enquanto o autor de um texto, quando o revê, pode modificá-lo a seu bel prazer as vezes que quiser, um revisor profissional não pode nem intervir nas ideias presentes no texto, nem modificar o texto para lá do que lhe é profissionalmente permitido em função do mandato que possui. Assim, ainda com base em Bisaillon (2007a), os revisores profissionais só atuam em conformidade com o mandato que recebem dos autores/clientes. Uns possuem unicamente mandato para intervir na revisão linguística, na linha da conceção normativa de revisão, que se confina a aspetos mais linguísticos, relacionados com a tipografia, a ortografia, a gramática, o vocabulário, a sintaxe e a pontuação; outros têm um

mandato que os autoriza a atuarem também no âmbito de uma concepção mais comunicativa da revisão, ou seja, levando igualmente em conta o leitor de forma a que a comunicação se torne o mais efetiva possível.

As exigências das duas concepções de revisão são distintas porque não estão em causa leituras idênticas. A concepção normativa de revisão pode fazer coincidir a correção com a deteção do problema encontrado a um nível mais superficial do texto, o que lhe pode incutir um cunho automático com origem numa leitura dirigida mais para a forma (Bisaillon, 2007a), por meio sobretudo de um processamento ascendente (Roussey & Piolat, 2008). Em matéria de leitura, essa correção automática não requer a leitura crítica, de cariz mais avaliativo (Bisaillon, 2007a), que se serve do processamento descendente (Roussey & Piolat, 2008) e que deve conduzir à revisão ou à reescrita de um texto depois de ter sido feito o diagnóstico do problema a corrigir.

Que se espera então de quem opera a revisão nos artigos científicos e nas peças noticiosas da imprensa escrita?

Um artigo científico com parte empírica, que apresenta, em geral, a estrutura Introdução, Métodos, Resultados e Discussão (IMRD), deve obedecer a uma ordem interna (Nwogu 1997), que nem sempre é fácil de seguir como comentam Mišák, Marušić e Marušić (2005). A atenção não pode estar, por conseguinte, só centrada no conteúdo do artigo como um todo, porquanto a informação nele veiculada deve obedecer, respeitando as respetivas secções, a uma disposição que corresponda à referida ordem interna. Quem escreve um artigo científico deve saber que tem de respeitar a estrutura IMRD gizada pela comunidade científica a que pertence, que não só o norteia a ele como autor na sua escrita, mas também o leitor. Um artigo pode, porém, ser lido de várias maneiras, na medida em que os seus destinatários o podem ler na condição de leitores, cientistas, editores ou avaliadores. Tal facto permite que quem escreve o artigo saiba como proceder para que o seu trabalho seja submetido a apreciação de pares e dessa avaliação provenha a resposta que lhe é mais conveniente.

Nota Burrough-Boenisch (1999) que editores e avaliadores leem o artigo antes de ser publicado na perspectiva de lhe conferirem condições para que seja divulgado, motivo que os faz exigirem que o artigo apresente incondicionalmente a estruturação estabelecida; os leitores, por seu turno, acedendo ao artigo concluído,

podem lê-lo sem seguir uma sequência rígida. Quanto aos cientistas, estes sabem bem o que procurar num artigo antes de, sendo caso disso, o lerem na íntegra. Alguns começam pelo resumo, outros pelos resultados, outros pelo desenho do estudo, outros ainda pelas referências, depois de se terem sentido naturalmente atraídos pelo título do artigo. A estrutura IMRD não lhes impõe qualquer sequência de leitura, antes lhes dá informação relativamente à localização dos dados que buscam no artigo, razão pela qual importa que quem o escreve siga a ordem instituída pela comunidade científica. A estruturação dos artigos científicos, consoante notam Sollaci e Pereira (2004, p. 366), “may be largely credited to editors, who insisted on papers being clearly formatted to benefit readers and to facilitate the process of peer review”.

Quem se dedicar à revisão de um artigo científico tem não somente de observar o conceito normativo da revisão, que se circunscreve ao plano linguístico e que é passível de ser praticada automaticamente (Bisaillon, 2007a), mas igualmente de verificar se cada secção do artigo coincide com o conteúdo que dele espera o leitor, um pouco na trilha do que representam os “pontos de entrada” e os “trajetos de leitura” nas notícias publicadas na imprensa escrita (Holsanova, Holmqvist, & Rahm, 2006). Implica essa tarefa que desempenhe um papel próximo do de um revisor profissional, dependendo presumivelmente do mandato que recebeu se não for ele o próprio autor (Bisaillon, 2007a; Laflamme, 2009). Assim, por exemplo, terá de verificar se os resultados, sob as mais diferentes formas (gráficos, tabelas, imagens, dados estatísticos), se encontram devidamente apresentados na secção Resultados, posto que, para alguns cientistas, esta é a secção mais relevante do trabalho (Alexandrov, 2004), razão pela qual se lhe deve atribuir um crédito singular. Em matéria de revisão, talvez convenha ter presente, ainda em relação à secção Resultados, o que assinala Alexandrov (2004, p. 136): “Make data presentation so clear and simple that a tired person riding late on an airplane can take your manuscript and get the message at first reading”.

No atinente à relação entre “produtor”/autor e “consumidor”/destinatário aplicada à escrita, após a breve abordagem aos artigos científicos, interessa focar a atenção na imprensa escrita. Nos jornais, em particular, reveste-se de toda a pertinência conhecer quais são os “pontos de entrada” eleitos pelo leitor quando quer ler uma notícia e como são consubstanciados através de paratextos, ou seja, por meio de

títulos, subtítulos, legendas de fotografias, anúncios, breves sinopses por baixo dos títulos, ou ainda vinhetas, marcadores temáticos ou marcadores que remetem para secções temáticas, em concordância com o que avançam Holsanova, Holmqvist e Rahm (2006, p. 69). Os paratextos, como prosseguem os autores, podem ser verbais ou não verbais dependendo das opções tipográficas que venham a ser tomadas e da configuração da página. Embora não se possa deixar de atribuir o justo relevo à prosa jornalística e aos seus “leads”, ainda no seguimento da referência mencionada, devem considerar-se alguns dos comportamentos que o leitor de um jornal pode evidenciar perante o espaço semiótico que lhe é disponibilizado: “1) os leitores preferem informação nova e que esta se encontre à direita do espaço semiótico; 2) os leitores preferem que a informação mais geral se encontre na parte superior do espaço semiótico e que a mais específica se situe na parte inferior; 3) os leitores procuram a informação mais importante no centro da página e a menos importante na periferia; 4) os leitores procuram o material que se encontre mais destacado graficamente; 5) os leitores procuram paratextos; 6) os leitores seguem os elementos que se encontram associados por meio de dispositivos de enquadramento como linhas e setas; 7) os leitores exploram o espaço semiótico antes de centrarem o olhar em certas unidades” (Holsanova, Holmqvist, & Rahm, 2006, p. 71).

A tecnologia “eye tracking” tem mostrado como se comporta um leitor quando pega num jornal e direciona o seu olhar para o que lhe desperta mais interesse numa página. Os dados recolhidos com essa tecnologia são da maior relevância para quem tem a seu cargo a última revisão das notícias do jornal, que antecede a fase da impressão. Trata-se de uma tarefa que, em certas redações de jornais, é da responsabilidade dos subeditores, que terão de verificar se foi dado o destaque desejado aos pontos de entrada (títulos, subtítulos, entretítulos, citações, fotografias, legendas de fotografias, caixas). Em matéria de operações de escrita, compete então a esses profissionais não tanto o que alguns poderiam esperar deles, isto é, a supressão de elementos textuais responsáveis pelo aumento do fator gordura (“lard factor”) (Lanham, 2006, p. 4) que pudesse existir na prosa da peça noticiosa, mas pelo contrário a substituição, a deslocação ou a adição de elementos textuais (Bisaillon, 2007b; Laflamme, 2009) para incutirem mais força à peça, já que estão especialmente conscientes dos pontos de entrada e dos trajetos de leitura que

condizem com os hábitos de aproximação às notícias por parte do leitor/consumidor/destinatário (ver Vandendaele, De Cuypere, & Van Praet, 2015). Relacionando as revisões que se podem operar no artigo científico e numa peça noticiosa da imprensa escrita com a tipologia de destinatários aduzida por Leclerc (2006), é fácil encontrar dissemelhanças.

No artigo científico, a revisão começará por ser da ordem da revisão pessoal, quando o autor se coloca como destinatário e modifica o que lhe é possível para atingir o melhor resultado, seja da ordem de uma revisão que tem como alvo um destinatário visado. Esse destinatário coincidirá, por norma, com a comunidade científica a quem se dirige o artigo, que se traduz num público circunscrito e sabedor do que devem oferecer as produções escritas no seu domínio.

Quanto à peça noticiosa de um jornal, é bem provável que o primeiro redator faça também revisões pessoais. Acontece que as produções desse redator vão ser lidas e seguramente revistas por outros elementos do corpo redatorial do jornal que procuram que as notícias encontrem a melhor receção junto do público. Note-se, porém, que esse público, retomando a tipologia adotada por Leclerc (2006, p. 7), pode ser constituído tanto por uma camada populacional de que o revisor conhece mais ou menos as características (o “destinataire visé”), como por um “destinataire contemporain”, um leitor que pode vir a entrar em contacto com o texto sem pertencer ao destinatário inicialmente visado, como por um “destinataire intermédiaire”, que pode ser muito bem alguém que no futuro venha a consultar a imprensa escrita para efetuar, para os mais variados fins, o levantamento da informação existente numa dada época.

Procedimento dos revisores profissionais perante os textos a rever

Resta, neste momento, observar como procedem os revisores profissionais quando leem os textos que têm de rever. Com base nas informações recolhidas junto desta população, Bisaillon (2007a) refere que, apesar de os procedimentos poderem variar, em geral os revisores não leem o texto na íntegra antes de partirem para a revisão. Tal poderá ocorrer quando o texto é curto. A maioria começa por ler os parágrafos para deles extrair a essência, na esfera de uma leitura-compreensão, e, depois disso, efetua uma leitura destinada a avaliar as frases incorretas neles contidas tendo em mira o seu melhoramento. No caso de não ser um texto longo, os

revisores consultados declaram que, quando avaliam, executam, pelo menos, duas leituras. Os mais perfeccionistas, como adianta Bisailon (2007a), fazem três tipos de leitura: uma para compreender, outra para avaliar e outra ainda para verificar.

Diferentemente da revisão operada pelo próprio autor, que terá de ser vista como parte integrante de um processo recursivo, poderá dizer-se que a revisão profissional segue antes um processo linear do princípio do texto até ao fim (Bisailon, 2007a). Não obstante, a revisão profissional também patenteia um cunho iterativo quando, parágrafo a parágrafo, o revisor volta a ler para compreender, para avaliar e para validar o trabalho empreendido (Bisailon, 2007b).

A revisão nos ensinos básico, secundário e universitário

Se a escrita é reescrita (Murray, 2013) e se a reescrita vive da revisão, posto que só se pode reescrever o que se revê, “using language to see the subject again and again until we – and eventually the reader – see it clearly” (Murray, 2013, p. 4), pode perguntar-se o que entendem alunos do ensino básico e secundário, bem como estudantes universitários do que é a revisão. Será que essa operação está prevista quando escrevem? Será que têm em conta o leitor quando reveem? Será que recorrem às duas conceções de revisão aduzidas por Bisailon (2007a): normativa e comunicacional? Será que reveem de modo linear ou de modo iterativo?

Seguem-se alguns exemplos de definições de revisão dadas por alunos dos 4.º e 11.º anos de escolaridade e por estudantes universitários de cursos de Letras que poderão fazer pensar um pouco no peso que tem a revisão nas respetivas escritas e na forma como a praticam.

Relativamente a alunos que frequentam o 4.º ano, verifica-se que o seu entendimento acerca do que representa a revisão se traduz na correção de erros, nomeadamente de ortografia, de pontuação e de acentuação. Além disso, podem manifestar uma certa preocupação com os parágrafos, com o sentido do texto e com a sua aparência final.

A descrição de revisão que se segue de um aluno do 4.º ano do ensino básico mostra como se podem encontrar alunos nesta etapa escolar que não se limitam a atuar sobre a superfície dos textos quando os reveem. Observa-se então que a revisão já pode assumir também nessa altura um papel reformulador do texto original, o que confere relevância ao ato de reler e manifesta uma visão mais completa de texto.

Tento ter atenção aos erros. Leio de novo. Se encontrar erros vou corrigir. Costumo trocar as palavras por outras. Costumo ver se faz sentido. Se não fizer troco por outras frases. Se o título não fizer sentido troco por outro.

As três descrições de revisão abaixo transcritas, seleccionadas de entre as fornecidas por alunos do 11.º ano, tendem a testemunhar como alguns alunos deste nível escolar já reveem um texto não só de forma linear, mas também iterativa na busca de ir verificando se a avaliação feita cumpriu os objetivos (Bisaillon, 2007b). Nelas, resulta clara uma revisão que é olhada como um processo faseado que vive da leitura- compreensão, da leitura-avaliação e da leitura-validação.

Primeira descrição:

O meu processo de revisão dos meus textos produzidos requer uma leitura deste. De seguida, procuro erros gramaticais, vírgulas, acentos e repetições excessivas de palavras. Após fazer estas correções, volto a ler o texto e analiso se este respeita o tema pedido e se é coerente do início ao fim.

Concluídas todas estas tarefas, procuro pequenos erros que poderão existir, como citações mal transcritas e procuro saber se o meu texto está bem organizado.

Fazendo isto tudo, saberei que reduzi ao máximo os erros no meu texto.

Segunda descrição:

Quando eu acabo de redigir um texto o meu método de revisão é o seguinte: leio uma primeira vez o que redigi; leio uma segunda vez e aí assinalo palavras ou termos repetidos para tentar que o texto não fique muito repetitivo; e corrijo erros que possa ter cometido. Para finalizar, releio novamente o texto.

Terceira descrição:

Numa fase inicial de revisão, opto por atribuir maior relevância à pontuação, uma vez que é muito importante para atribuir rigor às frases e por uma questão de clarificar melhor as frases ao leitor.

Já num segundo momento da revisão tento verificar se as frases que construí se encontram coesas e de fácil compreensão ao leitor, porque em muitos casos aquilo que escrevemos apesar de para nós parecer claro, na realidade pode não ser decodificado pelo leitor.

Neste sentido, acho que o exercício de escrita é bastante complexo e merece sempre que lhe seja atribuída grande dedicação.

As duas descrições que se seguem de estudantes universitários provam como alguns deles já interiorizaram que a revisão pode ser executada quer pelo autor do texto, quer por terceiros e como as operações de escrita realçadas por Bisaillon (2007b) e Laflamme (2009) são também tidas em consideração com o fim de reformularem e

melhorarem o texto. A revisão julgada como uma operação em permanência, conforme a concebe Murray (2013), também é evidente numa das descrições.

Primeira descrição:

Entendo por revisão de um texto escrito como um processo desenvolvido por alguém, que pode ser ou não o autor do texto, e tem como pressuposto a correção de possíveis erros ortográficos ou gramaticais, acrescentar informação em falta ou suprimir conteúdo excedente e a “avaliação” do conteúdo escrito.

Segunda descrição:

Revisão de texto pode ser um processo de releitura do que já foi/está escrito. Este processo visa o melhoramento e aperfeiçoamento do texto.

Durante a revisão de um determinado texto, é possível ou quase certo que nos apercebamos de gralhas, repetições, erros gramaticais ou de coesão lexical que possamos ter cometido. Este processo poderá ser-nos útil para acrescentarmos novas ideias que só agora nos ocorreram até mesmo para reformularmos as que já existem.

Posso concluir então que, como diz Horácio, “labor limae” pode aproximar-se ao sentido que pretendo dar à revisão do texto, visto que o artista poderá sempre “limar algumas arestas” na sua “opera” e melhorá-la sempre mais através de uma releitura, reanálise ou revisão.

Nota conclusiva

Ao longo deste texto, pretendeu-se transmitir a força que emana da revisão da escrita e como essa operação contribui para consubstanciar a posição dos que defendem que a escrita vem com a escrita. A escrita deve, por consequência, ser entendida como uma prática que vive de (re)leituras, de revisões e de reescritas sistemáticas até se chegar ao momento em que se tem de dar o trabalho por concluído.

Foi feito o confronto entre a revisão praticada pelo próprio autor e a que é realizada pelo revisor profissional. Mostrou-se como este último se distingue do primeiro no modo de atuar, uma vez que se rege pelo que lhe autoriza o mandato que recebe do autor/cliente. Não foram deixadas de mencionar as conceções normativa e comunicacional da revisão e a maneira como a segunda tem presente o destinatário numa aceção mais sociocognitiva da escrita.

Atendendo à diversidade de destinatários e ao modo como estes podem ler o texto, em resultado também de uma maior ou menor proximidade com o autor/revisor, foi dedicado espaço ao que se passa no plano da leitura e da revisão em dois tipos de “géneros textuais”: o artigo científico e a peça noticiosa da imprensa escrita.

Em virtude da importância de que se reveste a escrita em meio escolar, pôde ainda ser dado a conhecer o que pensam sobre a revisão alunos do 4.º ano do ensino básico e do 11.º ano do ensino secundário, bem como estudantes universitários de cursos de Letras. Das descrições transcritas, torna-se clara a descentração que neles se vai operando com a idade e com a escolaridade, preparando-os para a leitura/revisão dos seus próprios textos com espírito crítico e com a distância que se impõe aos leitores/revisores de produções escritas alheias.

Com a temática abordada, objetiva-se ainda que saia reforçada a mais-valia que constitui a revisão num processo verbal tão congregador de meios periféricos e centrais como é a escrita. Ademais, aspira-se passar a mensagem de que se deve cultivar uma prática continuada da escrita, porquanto esse comportamento também concorre para que se instale a reserva cognitiva necessária a uma existência com melhor qualidade de vida, sobretudo naquelas pessoas que tenham exercido profissões que, em maior ou menor grau, requerem esforço intelectual.

Referências bibliográficas:

- Alexandrov, A. V. (2004). How to write a research paper. *Cerebrovascular Diseases*, 18, 135-138.
- Bisaillon, J. (2007a). Professional editing strategies used by six editors. *Written Communication*, 24 (4), 295-322.
- Bisaillon, J. (2007b). Sur les traces d'un réviseur professionnel d'expérience. In J. Bisaillon (Sous la direction), *La révision professionnelle: processus, stratégies et pratiques* (pp. 49-73). Québec: Editions Nota Bene.
- Burrough-Boenisch, J. (1999). International reading strategies for IMRD articles. *Written Communication*, 16 (3), 296-316.
- Cloutier, F. (2001). La clarté : pour qui ? *Recherches en rédaction professionnelle*, 1 (1), 1-9.
- Fitzgerald, J. (1987). Research on revision in writing. *Review of Educational Research*, 57 (4), 481-506.
- Flower, L., & Hayes, J. R. (1981). A cognitive process theory of writing. *College Composition and Communication*, 32 (4), 365-387.
- Hayes, J. R., & Flower, L. S. (1986). Writing research and the writer. *American Psychologist*, 41 (10), 1106-1113.

- Hayes, J. R., Flower, L., Schriver, K. A., Stratman, J. F., & Carey, L. (1987). Cognitive processes in revision. In S. Rosenberg (Ed.), *Reading, writing, and language processes* (pp. 176-240). Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Holliway, D. R., & McCutchen, D. (2004). Audience perspective in young writers' composing and revising. Reading as the reader. In L. Allal, L. Chanquoy, & P. Largy (Eds.), *Revision. Cognitive and instructional processes*. Studies in Writing. Volume 13 (pp. 87-101). New York: Kluwer Academic Publishers.
- Holsanova, J., Holmqvist, K., & Rahm, H. (2006). Entry points and reading paths on newspapers spreads: comparing a semiotic analysis with eye-tracking measurements. *Visual Communication*, 5 (1), 65-93. Sage Publications.
- Laflamme, C. (2009). *Les modifications lexicales apportées par les réviseurs professionnels dans leur tâche de révision: du problème à la solution*. Thèse présentée à la Faculté des études supérieures de l'Université de Laval dans le cadre du programme de doctorate en linguistique pour l'obtention du grade de Philosophiae Doctor (Ph.D). Département de Langues, Linguistique et Traduction, Faculté des Lettres, Université Laval, Québec. Disponível em <file:///C:/Users/Maria%20da%20Gra%C3%A7a%20Pinto/Downloads/26291.pdf>, acedido em 29 de julho de 2017.
- Lanham, R. A. (2006). *Revising prose*. Fifth edition. New York: Pearson Longman.
- Leclerc, S. (2006). *L'impact de la prise en compte du destinataire par deux réviseurs professionnels*. Mémoire présenté à la Faculté des études supérieures de l'Université de Laval dans le cadre du programme de maîtrise en linguistique pour l'obtention du grade de maître ès arts (M.A.). Départements de Langues, Linguistique et Traduction. Faculté des Lettres, Université de Laval. Québec. Disponível em [file:///C:/Users/Maria%20da%20Gra%C3%A7a%20Pinto/Downloads/23656%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Maria%20da%20Gra%C3%A7a%20Pinto/Downloads/23656%20(1).pdf), acedido em 26 de julho de 2017
- McCutchen, D. (2008). Cognitive factors in the development of children's writing. In C. A. MacArthur, S. Graham, J. Fitzgerald (Eds.), *Handbook of writing research*. (pp. 115-130). New York, London: The Guilford Press. Paperback edition. (Original edition 2006.)

- Mišak, A., Marušić, M., & Marušić, A. (2005). Manuscript editing as a way of teaching academic writing: Experience from a small scientific journal. *Journal of Second Language Writing*, 14, 122-131.
- Murray, D. M. (2013). *The craft of revision*. Fifth Anniversary Edition. Boston: Wadsworth Cengage Learning.
- Nishino, T., & Atkinson, D. (2015). Second language writing as sociocognitive alignment. *Journal of Second Language Writing*, 27, 37-54.
- Nwogu, K. N. (1997). The medical research paper: Structure and functions. *English for Specific Purposes*, 16 (2), 119-138.
- Olson, D. R. (1994). *The world on paper. The conceptual and cognitive implications of writing and reading*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Piaget, J. (1979). Comments on Vygotsky's critical remarks. *Archives de Psychologie*, XLVII (183), 237-249.
- Pinto, M. da G. L. C. (2014). *A escrita. O papel da universidade na sua otimização*. CAPFLUP C07. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Pinto, M. da G. C. (2016). A escrita académica: um jogo de forças entre a geração de ideias e a sua concretização. *Signo*, 41, 53-71.
- Pinto, M. da G. L. C. (2017). Da revisão na escrita: uma gestão exigente requerida pela relação entre leitor, autor e texto escrito. *Revista Observatório*, 3 (4), 488-517. DOI: 10.20873/uft.2447-4266.2017v3n4p488.
- Roussey, J.-Y., & Piolat, A. (2008). Critical Reading effort during text revision. *European Journal of Cognitive Psychology*, 20 (4), 765-792.
- Sollaci, L. B., & Pereira, M. B. (2004). The introduction, methods, results, and discussion (IMRAD) structure: a fifty-year survey. *J Med Libr Assoc.*, 92 (3), 364-367.
- Sommers, N. (1978). Response to Sharon Crowley, "Components of the composing process". *College Composition and Communication*, 29 (2), 209-211.
- Vandendaele, A, De Cuypere, L., & Van Praet, E. (2015). Beyond "trimming the fat". The sub-editing stage of newswriting. *Written Communication*, 37 (4), 368-395.